



**Ministério da
Fazenda**

O Desafio do Ajuste Fiscal Estrutural

Ministro Henrique Meirelles

12 de agosto de 2016



Ministério da Fazenda

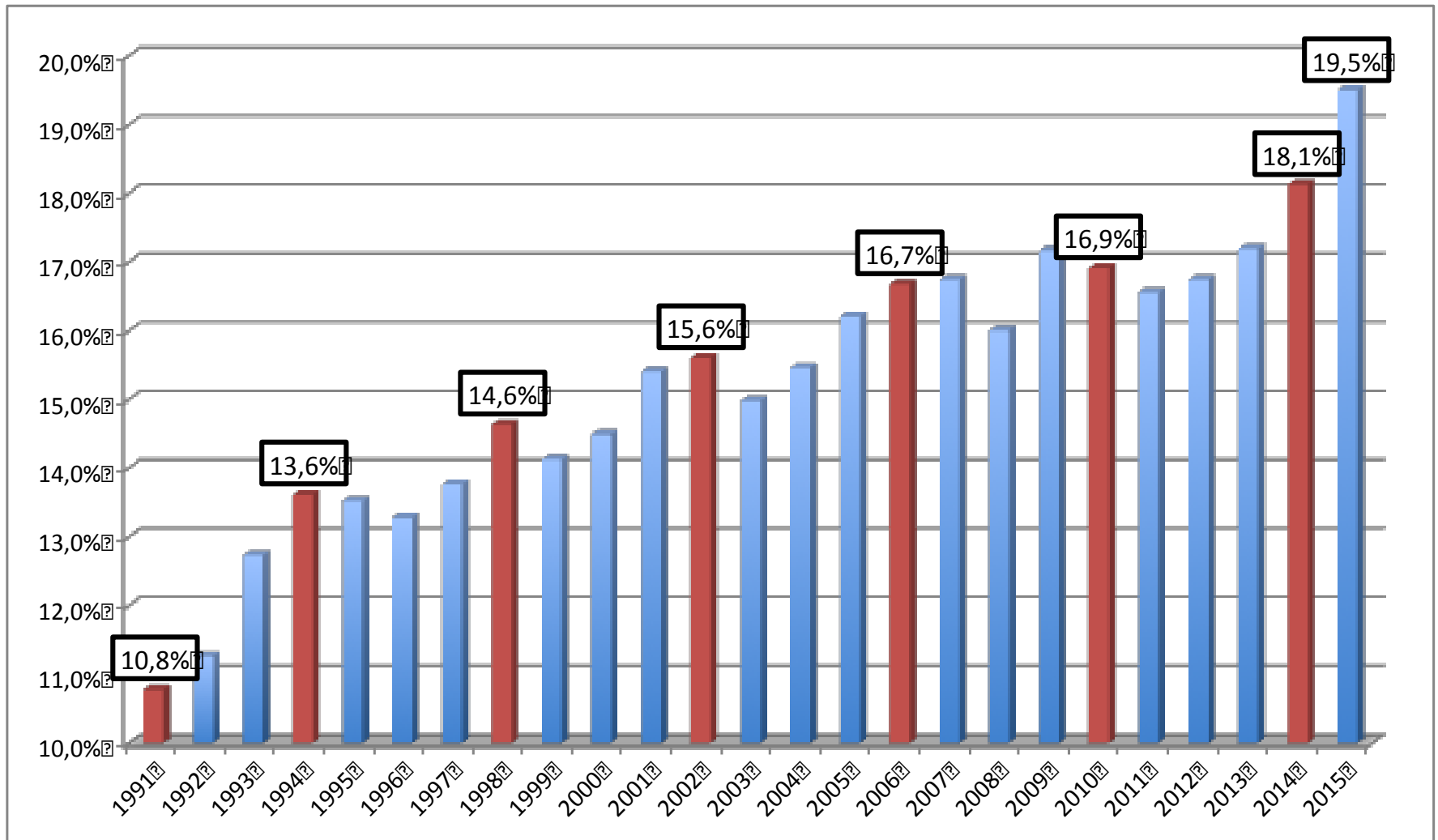
PARTE I – Diagnóstico

Crescimento da Despesa Primária

Governo Central – 1991-2015

- De 1991 a 2015, a despesa primária do governo central passou de 10,8% para 19,5% do PIB = crescimento de 8,7 pontos de percentagem do PIB.
- Desde o início da década de 1990, Nenhum governante conseguiu reduzir a despesa primária do governo central como porcentagem do PIB.
- Há portanto, um desequilíbrio estrutural das contas publicas no Brasil, que foi agravado no período recente pela recessão e crescimento conjuntural do gasto público na administração anterior.

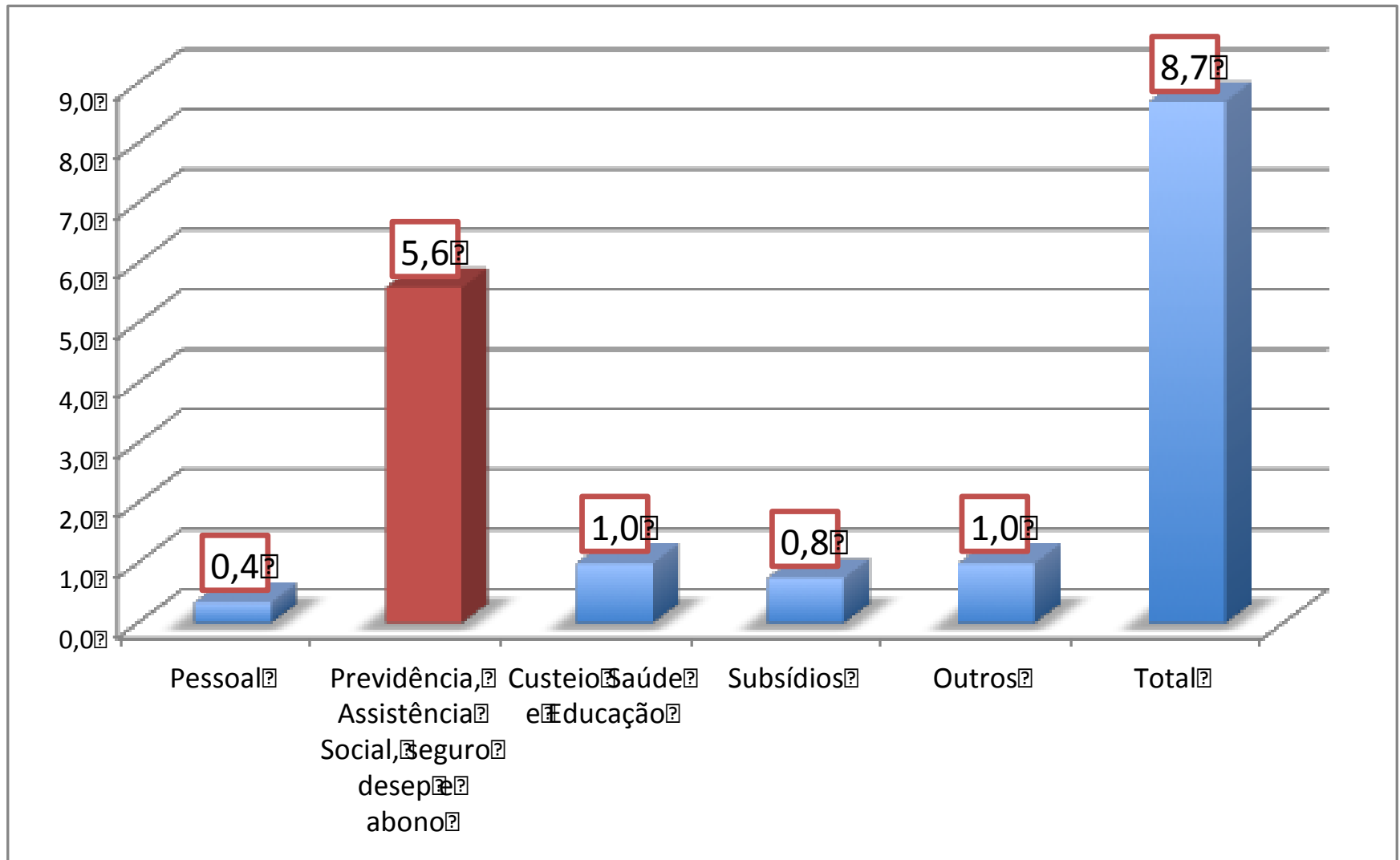
Despesa Primária do Governo Central 1991 – 2015 - % do PIB



O que explica o Crescimento da Despesa Primária do Governo Federal de 1991 a 2015?

- De 1991 a 2015, 65% do crescimento da despesa primária do governo federal como % do PIB decorreu de programas de transferência de renda (INSS, LOAS/BPC, seguro desemprego, abono salarial e bolsa família).
- Se além dos programas de transferência de renda incluirmos a despesa de custeio com saúde e educação, essas despesas explicam 75% do crescimento da despesa primária como percentual do PIB de 1991 a 2015.

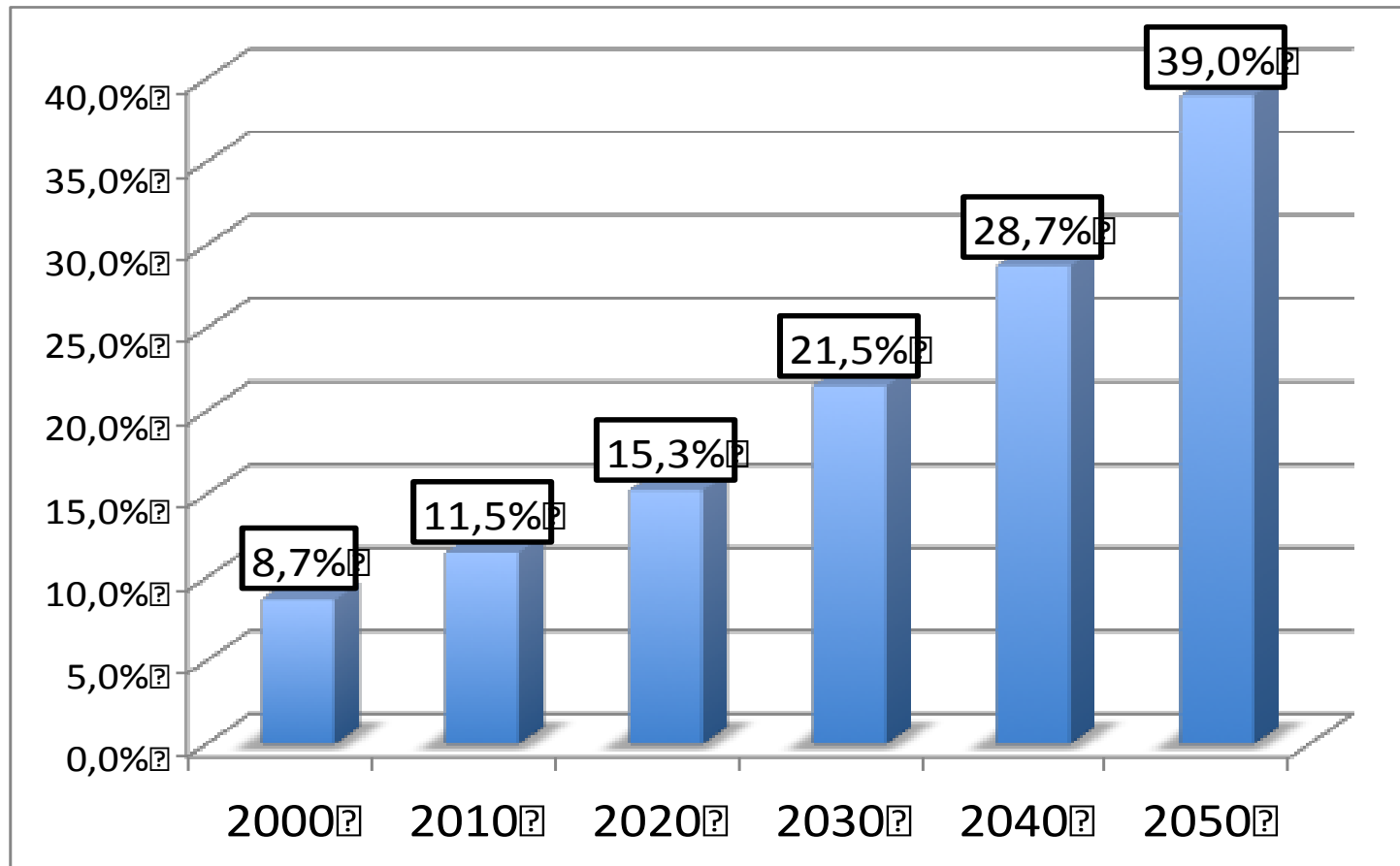
Crescimento da Despesa Primária em Pontos de Porcentagem do PIB de 1991 a 2015



Pontos Principais

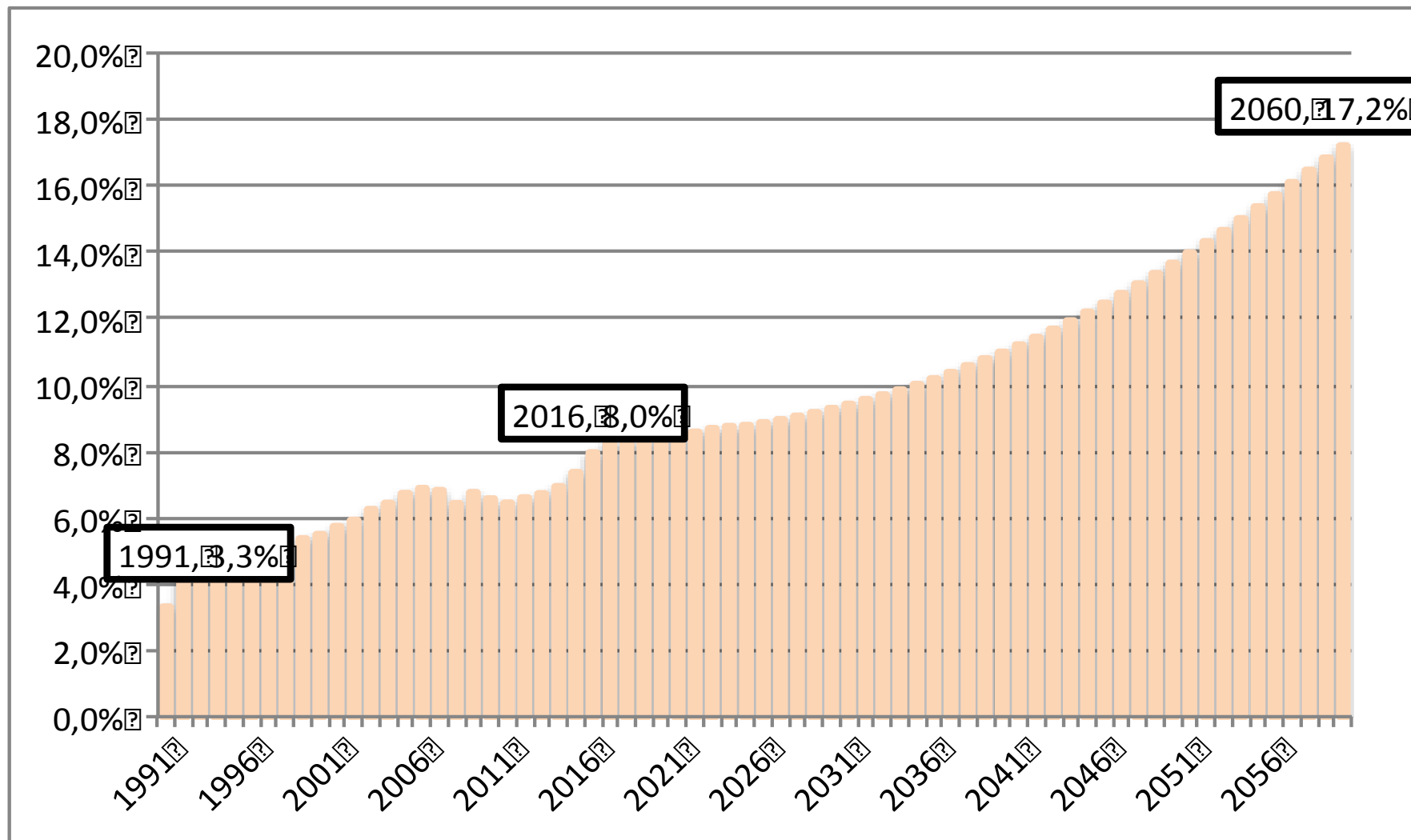
- É preciso modificar regras de vinculação do gasto público para controlar o crescimento da despesa primária do governo federal.
- Crescimento da despesa primária do governo federal foi fortemente afetado pelo crescimento da despesa com previdência: INSS.
- O Brasil precisa reformar a previdência para garantir a sustentabilidade do sistema.

Envelhecimento da População Brasileira – Pop. com 65 ou mais anos/População de 15-64 anos



Fonte: IBGE

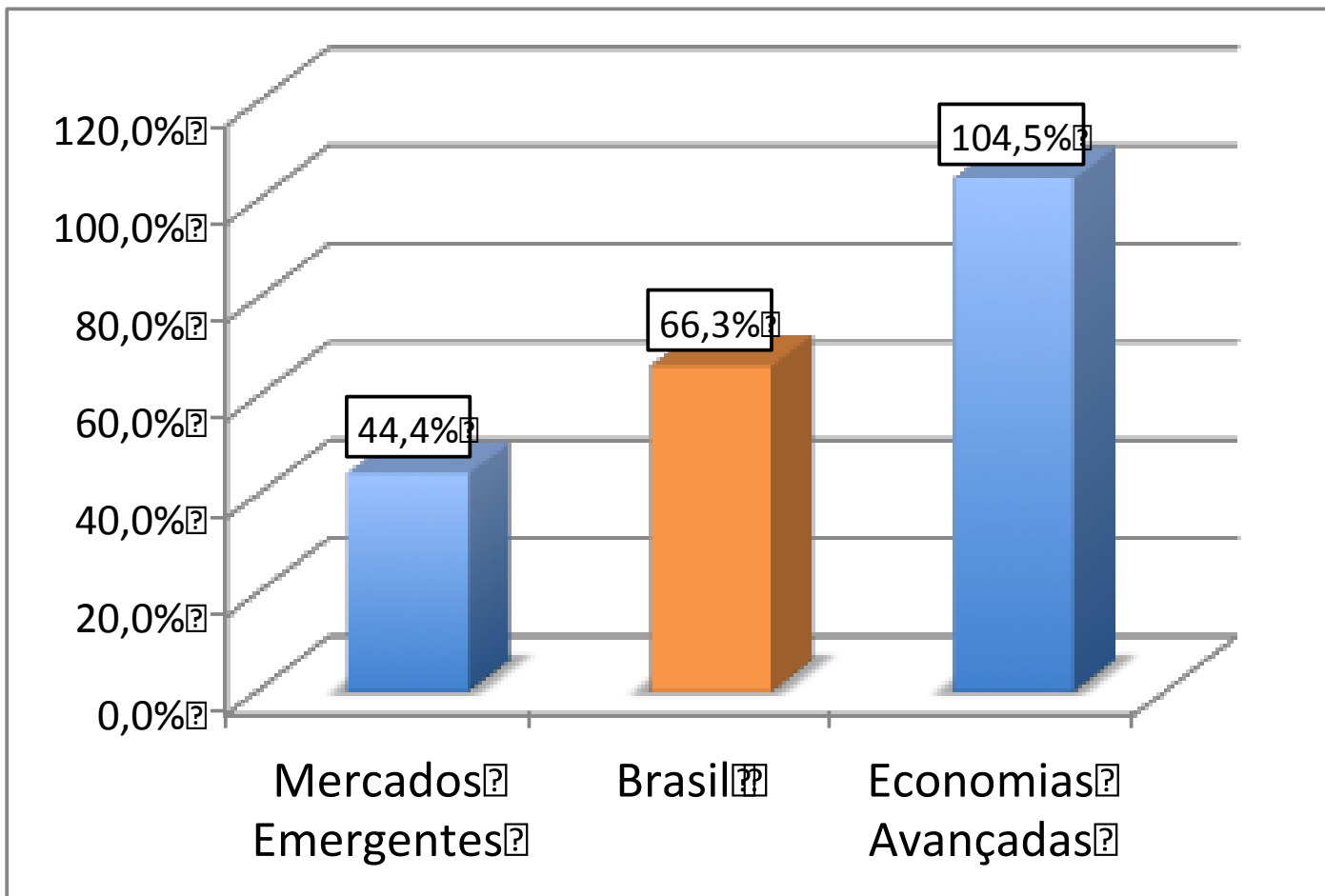
Previdência no Brasil (INSS) – 1991-2060



Fonte: LDO

- Sem reforma da previdência, de 2016 a 2060, a despesa do INSS passará de 8% para 17,2% do PIB.
- Apenas para evitar que o déficit da previdência (INSS) cresça além dos R\$ 149 bilhões (2,4% do PIB) esperado para 2016, seria necessário aumentar a carga tributária em quase 10 pontos do PIB até 2060.

Por que não aumentamos a nossa dívida pública (% do PIB)?
Divida Pública do Brasil já é muito alta para o nosso nível de desenvolvimento.



Fonte: FMI, 2015



Ministério da Fazenda

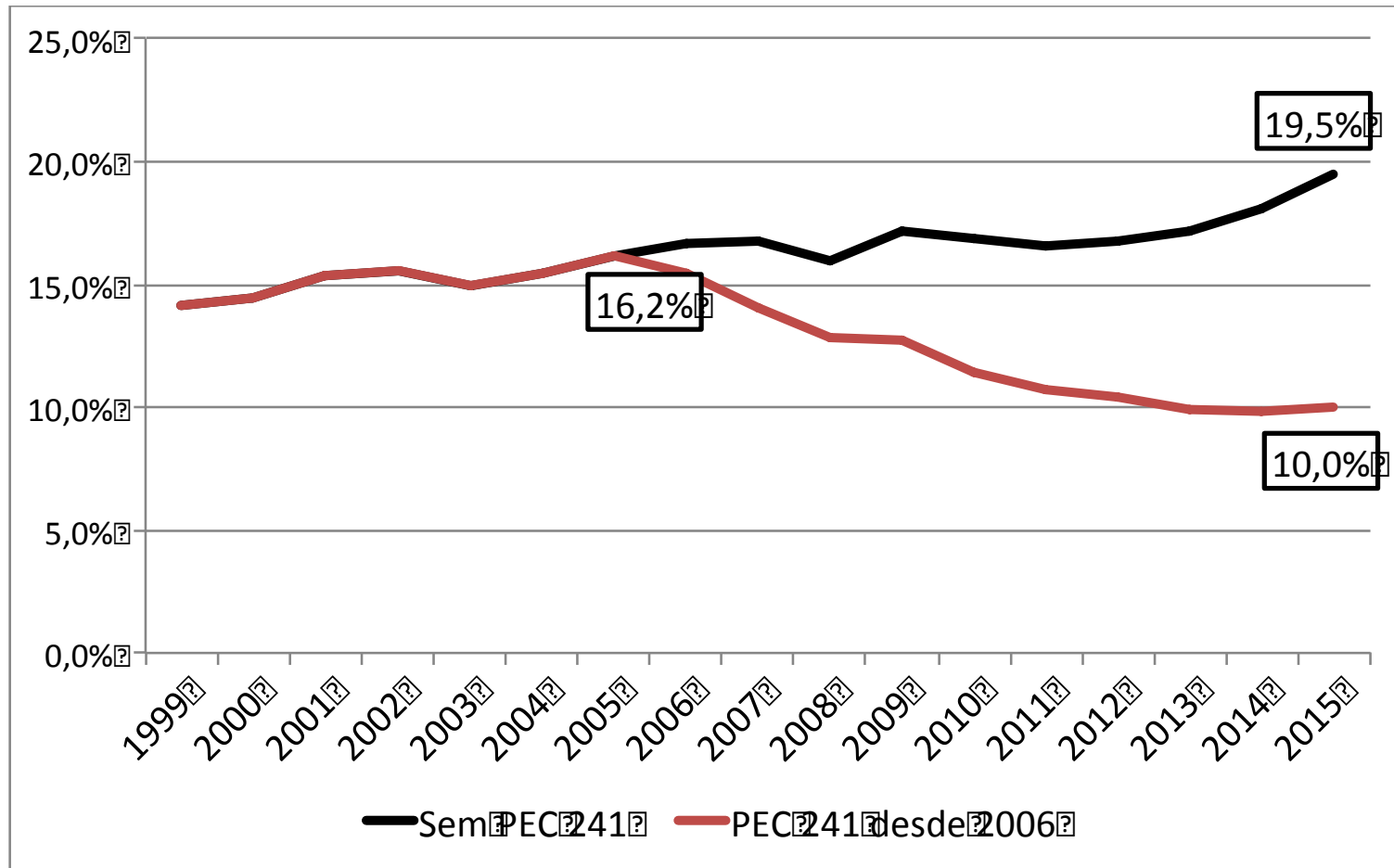
PARTE II – O que fazer?

1- Ajuste Estrutural de Longo Prazo

- Governo vai estabelecer com a PEC 241 a regra de crescimento real “zero” da despesa primária do governo central por dez anos.
- A regra poderá ser modificada a partir do décimo ano. Presidente pode encaminhar para o Congresso nova regra.
- A PEC 241 modifica a vinculação dos gastos de saúde e educação ao crescimento da receita.

- Para regra do crescimento real zero da despesa primária ser consistente no longo prazo, será preciso uma reforma da previdência.
- A regra da PEC 241 já será implementada na proposta do orçamento de 2017 a ser enviada para o Congresso no final de agosto.
- Pela primeira vez no Brasil a despesa primária passará a cair de forma consistente como percentual do PIB.

Qual seria a despesa primária em 2015 (% do PIB) se a regra da PEC estivesse em vigor desde 2006? Despesa primária no ano passado teria sido quase a metade do valor observado.



2- Reforma da Previdência

- Brasil precisa considerar a necessidade de estabelecer uma idade mínima para aposentadoria;
- Reforma da previdência visa garantir o direito dos trabalhadores. O sistema, atualmente, não é sustentável.
- Os trabalhadores de menor renda que não conseguiram contribuir por 35 anos no mercado de trabalho já se aposentam por idade: 65 anos homem e 60 anos mulher no regime urbano.

3 - Renegociação e Ajuste dos Estados

- De acordo com o PLP 257, estados que assinaram acordo com o governo federal não poderão aumentar a despesa primária corrente além da inflação do ano anterior pelos próximos dois anos.
- Os estados serão incorporados à PEC 241 que estabelece o novo regime fiscal.
- Tesouro Nacional passou a ser mais seletivo na concessão de garantias para novos empréstimos.

4- Medidas adicionais de curto prazo

- Depois da confirmação do TCU, o governo espera receber o pagamento de pelo menos R\$ 100 bilhões do BNDES.
- Aceleração da agenda de concessões e privatização.



Ministério da Fazenda

PARTE III – Comentários Finais

- Brasil precisa transformar um déficit primário de R\$ 170,5 bilhões (2,7% do PIB) em um superávit primário compatível com a redução da dívida bruta/PIB.
- Ajuste fiscal pelo lado da despesa é necessariamente gradual. Não há como transformar um déficit primário de R\$ 170 bilhões em superávit em um ou dois anos, depois de uma forte recessão.
- A velocidade do ajuste fiscal dependerá, além da PEC 241, da velocidade de recuperação da receita primária do governo central. Governo federal perdeu quase 3 pontos do PIB de receita de 2011 a 2016.

- A PEC 241 é a forma mais eficaz de se fazer um ajuste fiscal sustentável: não há cortes artificiais de despesa. O foco é controlar o crescimento da despesa primária.
- A aprovação da PEC 241 em conjunto com o encaminhamento e a aprovação da reforma da previdência são os dois pilares do ajuste fiscal estrutural.
- O avanço da agenda fiscal é essencial para a redução da inflação, dos juros e para a recuperação do investimento na economia brasileira.



Ministério da Fazenda